

FIOS DA VIDA: CRIANÇAS ABRIGADAS, HOJE ADULTAS, DIANTE DE SEUS PRONTUÁRIOS¹

THREADS OF LIFE: INSTITUTIONALIZED CHILDREN, NOW ADULTS, FACING THEIR FILES

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer

alps@usp.br

Docente e Pesquisadora do Departamento de Antropologia da USP. Doutora em Antropologia Social e Coordenadora do NADIR-USP – Núcleo de Antropologia do Direito.

RESUMO

No âmbito do Projeto Temático “Antropologia da Performance: Drama, Estética e Ritual” (FAPESP), concluído em 2013, desenvolveu-se a pesquisa “Fios da Vida: identidade, memória e ritual. Crianças abrigadas, hoje adultas, diante de seus prontuários.” Seu principal objetivo foi analisar por que, todos os anos, vários adultos buscam nos arquivos da Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente) registros da infância passada em abrigos públicos do estado de São Paulo. A hipótese de que essa busca seria uma experiência marcante, em que imagens do passado se articulariam ao presente possibilitando a (re)criação de significados para as experiências identitárias dos “ex-abrigados” se verificou mediante a análise de 57 prontuários (desarquivados entre 2006 e 2012) e de histórias de vida com 3 adultos (abrigados entre 1947 e 1974). Ao final da pesquisa, também se impôs o conceito benjaminiano de rastro: elemento ambíguo, residual e polissêmico que pode ser lido como uma cifra de trajetórias que o transcendem. Finalmente, o conjunto formado pelo material documental, por histórias de vida, um acervo fotográfico e uma visita guiada ao instituto em que os entrevistados permaneceram abrigados propiciou um curta-metragem norteado pela premissa de que a reflexividade antropológica passa pela intertextualidade, intersubjetividade e explicitação de relações produtoras de sentidos. “Ex-abrigados” se revelaram “ex-menores” autores de suas memórias, identidades e dignidades. Neste artigo, especialmente aspectos metodológicos, são apresentados e analisados.

Palavras-chave: Crianças abrigadas. Direito à memória. Rastros.

ABSTRACT

The research “Threads of life: identity, memory and ritual. Institutionalized children, now adults, facing their files” was developed in the range of FAPESP Thematic Project “Anthropology of Performance: Drama, Aesthetics and Ritual”, concluded in 2013. Its main objective was to analyze why, every year, several adults search the CASA Foundation (Centre for the Socio-Educational Attention of Adolescents) files for records on their childhood period spent in children’s homes and institutions in the State of São Paulo. The hypothesis this search consists in a remarkable experience, in which past images are articulated to the present, making it possible to (re)create meanings for the “ex-institutionalized ones” identity experiences, was verified through the analysis of 57 files (unfiled between 2006 and 2012) and the life stories of 3 adults (who were under institutions between 1947 and 1974). At the end of the research, Benjamin’s concept of trace was also

employed: an ambiguous, residual and polysemic element, which can be understood as a transcending code of trajectories. Finally, when set together, the documental material, the life stories, the photographic files and a guided visit to the institution where they once lived originated a documentary short film, guided by the premise that anthropological reflexivity implies intertextuality, intersubjectivity, as well as shedding light on explicitly showing the meaning-making relations. “Ex-institutionalized” ones revealed themselves as “ex-underage”, authors of their own memories, identities and dignity. In this article, especially methodological aspects are presented and analyzed.

Keywords: Institutionalized children. Right to memory. Traces.

NASCIMENTO DA PESQUISA

Era uma tarde de setembro de 2008 e estava especialmente abafada a sala da Escola para Formação e Capacitação Profissional da Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente) onde eu lia atentamente um documento integrante da amostra selecionada para a pesquisa Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé” (São Paulo/ SP, 1990 – 2006)².

De repente, fui interrompida pela agradável presença do Chefe de Seção do Núcleo de Documentação do Adolescente (NDA), Sr. Sérgio Ranalli, homem na casa dos 60 anos, alto, forte, sempre muito solícito. Após breve conversa a respeito do que eu estava lendo, ele me contou que há muito o intrigava a constatação de que adolescentes em conflito com a lei raramente pediam cópias de seus prontuários após não terem mais vínculos com a Fundação CASA. Os poucos que o faziam só queriam recuperar algum documento específico ou alguma carta recebida à época da internação. Ao contrário, todos os anos, especialmente às vésperas de certos períodos como Páscoa, Natal, Dia dos Pais, das Mães e outras “datas familiares festivas”, chegavam muitas cartas à Fundação CASA redigidas por adultos que solicitavam cópias integrais de seus prontuários para recuperarem fios de suas vidas: quem foram seus pais, seus irmãos, onde e quando nasceram, seu desenvolvimento escolar, trabalhos desenvolvidos nos abrigos, enfim, detalhes do que haviam vivenciado durante a infância e/ou adolescência passadas em abrigos do estado de São Paulo, não por terem cometido atos infracionais, mas por estarem em situação de risco.

Embora o Sr. Sérgio Ranalli tenha me contado que os adolescentes em conflito com a lei respeitassem muito os prontuários (tanto que nas várias rebeliões ocorridas no “Complexo do Tatuapé” o arquivo permanecia protegido pelos rebelados, jamais tendo sofrido qualquer dano), eles não tinham interesse em seus conteúdos, justamente porque desejavam romper com os fios que os prendiam a um período de internação forçada e punitiva. Os “ex-abrigados”, todavia, ao menos os que procuravam os arquivos da Fundação CASA, queriam, segundo o Sr. Sérgio Ranalli, recuperar esses fios por considerarem o período de abrigamento um tempo que havia lhes deixado algo de positivo e útil. O Sr. Sérgio me contou que, apesar de algumas cartas de solicitação de desarquivamento serem “secas”, pois os interessados apenas declaravam desejar saber se trabalhos desenvolvidos dos 16 aos 18 anos de idade estavam registrados nos prontuários e poderiam contar como tempo para suas aposentadorias, quando alguns deles compareciam ao arquivo e folheavam as cópias de todos os documentos, acabavam se emocionando ao ler os registros do tempo de abrigamento e as histórias de suas famílias.

Eu fiquei muito tocada com esse depoimento do Sr. Sérgio Ranalli e para me convencer de que era preciso investigar a fundo suas impressões, recebi, com entusiasmo, dois prontuários de “ex-abrigados” que ele já portava e considerava bons exemplos dos recentemente desarquivados. Aceitei lê-los

e pensar na possibilidade de propor, a partir daqueles conteúdos, uma nova pesquisa à Fundação CASA.

Naquela mesma tarde, só fui embora depois de ler os dois prontuários. Um deles tratava de uma menina nascida em 1970, abandonada pela mãe em 1978 e que permaneceu em abrigos do governo estadual até 1988, quando completou 18 anos. Em 2008, portanto, ela já era uma mulher de 38 anos. Os documentos de seu prontuário contavam menos a história dela e mais a de sua mãe e das desventuras que viveu como migrante, acumulando filhos e passando por várias cidades do Brasil até chegar a São Paulo, quando foi diagnosticada como deprimida e incapaz de cuidar sozinha “de sua prole”.

O que teria feito essa menina, nascida em 1970, hoje caixa de um supermercado, procurar seu prontuário 20 anos depois de ter saído do abrigo? Que conjuntura a teria levado a procurar a Fundação CASA para acessar seu prontuário? Como ela e outros adultos, que realizavam movimentos semelhantes, perceberiam, caracterizariam, descreveriam e justificariam essa busca e o encontro de “registros oficiais” de si mesmos? Buscariam uma “história”, talvez muitas vezes por eles imaginada ou vagamente lembrada, porém não registrada? Que importância teria para eles o encontro desses “registros oficiais” de suas infâncias e adolescências?

Ao concluir a leitura dos dois prontuários eu já decidira levar adiante uma nova pesquisa, concomitantemente com o final da que ainda estava em curso. Por coincidência, a oportunidade para tanto se apresentava na USP, graças à minha inserção em um Projeto Temático da FAPESP que ainda se esboçava.

Foi assim que “Fios da Vida: identidade, memória e ritual. Crianças abrigadas, hoje adultas, diante de seus prontuários”, nasceu como um projeto individual integrado ao Temático “Antropologia da Performance: Drama, Estética e Ritual”³.

Seguindo as impressões do Sr. Sérgio Ranalli e uma literatura com a qual trabalhávamos coletivamente (DAWSEY, 2009; TURNER, 2008), elaborei, entre outras, a hipótese de que a busca dos prontuários pelos “ex-abrigados” poderia ser deflagrada em função de um conjunto de significados relacionados a “períodos rituais” – as tais “datas familiares festivas” – pois se tratavam de ocasiões de suspensão de atividades e temporalidades cotidianas durante as quais identidades poderiam ser revisitadas, questionadas e redimensionadas. Mesmo no caso dos que buscavam os prontuários em função de interesses trabalhistas ligados à contagem de tempo para a aposentadoria, o momento de fazer esse balanço dos anos de vida dedicados ao trabalho poderia significar uma revisão identitária importante.

O foco da pesquisa começou e manteve-se voltado para o caráter experiencial e processual do movimento de busca dos prontuários. Tal movimento foi considerado uma boa “unidade de observação” e uma “experiência concreta”, pois permitia analisar a reflexividade da vida como drama social, fosse com base na leitura e análise de documentos integrantes de prontuários (dramas institucionalmente elaborados e narrados em fichas de identificação, laudos médicos, psicológicos, pareceres de assistentes sociais, cartas), fosse a partir de histórias de vida narradas pelos próprios “ex-abrigados” (dramas pessoalmente re-significados a serem captados em uma segunda etapa do trabalho, posterior à leitura e análise documental, a partir de entrevistas).

O eixo teórico central da pesquisa se firmou em torno dos conceitos de identidade, memória e ritual. A proposta era articulá-los à premissa de Victor Turner de que uma antropologia da performance compõe uma antropologia da experiência. Turner (2008) e Dilthey (1976) delineiam momentos a partir dos quais é possível analisar uma experiência marcante. A busca de prontuários por adultos

abrigados quando crianças foi, assim, entendida como momento em que imagens do passado se articulariam ao presente possibilitando a (re)criação de significados para a sempre dinâmica e processual experiência identitária (STRAUSS, 1999).

PRIMEIRAS NEGOCIAÇÕES E RESULTADOS

A primeira das três etapas da pesquisa, iniciada após o longo e difícil ano de 2009, tomado por providências burocrático-administrativas para obter autorizações e manusear prontuários arquivados sob segredo de justiça, constou de visitas frequentes ao arquivo da Fundação CASA (em média uma por semana, durante 2010/2011). Nessas ocasiões, foram identificados, com a ajuda do Sr. Sérgio Ranalli, 37 prontuários desarchiveados entre 1º de dezembro de 2006 e 30 de julho de 2009, a maioria deles a pedido de seus principais protagonistas (adultos, antes crianças, cujos nomes constavam das capas de cada prontuário). Li todos esses dossiês, cada qual com uma média de 40 páginas, na própria Fundação CASA, uma vez que não podiam ser retirados nem fotografados. Transcrevi seus principais documentos (relatórios técnicos, ofícios, exames médicos e psicológicos, etc.) e, posteriormente, analisei algumas variáveis referentes a dados biográficos e padrões procedimentais e cognitivos adotados pelos profissionais dos abrigos. Seguem algumas das variáveis sistematizadas:

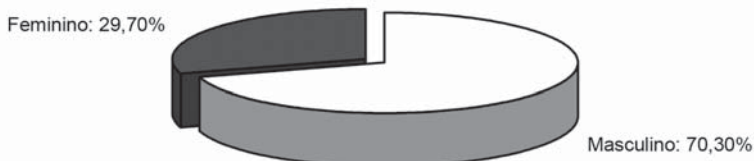
QUADRO 1 - Prontuários solicitados por adultos que, quando crianças, estiveram em abrigos do estado de São Paulo

Sexo dos solicitantes		País ignorados			Ambos os pais conhecidos	Idade à época da solicitação do prontuário (em anos)						Ano do desarchiveamento do prontuário			
Homens	Mulheres	Só pai	Só mãe	Pai e mãe		Até 20	+20 a 30	+30 a 40	+40 a 50	+50 a 60	+60	2006	2007	2008	2009
26	11	12	2	2	21	1	5	7	17	3	4				
70,3%	29,7%	32,4%	5,4%	5,4%	56,8%	2,7%	13,5%	18,9%	45,9%	8,1%	10,9%	1	12	10	14
37		16			21	13			24						
100%		43,2%			56,8%	35,1%			64,9%			2,7%	32,5%	27,0%	37,8%
		100%				100%						100%			

Fonte: Pesquisa Fios da Vida. Arquivo de Prontuários da Fundação CASA (2009).

Estes dados foram discutidos por ocasião da VIII RAM – Reunião de Antropologia do Mercosul –, realizada em Buenos Aires, Argentina (29/09 a 02/10/2009). Apresentei-os em uma comunicação oral do Grupo de Trabalho Implementação de direitos e gestão da vida. Nessa ocasião, pude desenvolver a vertente do direito à memória, não em situações tradicionais de pós-guerra ou pós-períodos totalitários, mas em situações de recorrentes preconceitos e miséria social que, de forma contínua e geralmente pouco transparente, interferem em trajetórias de inúmeras vidas (BOSI, 2003).⁴

GRÁFICO 1 - Sexo dos solicitantes de prontuários (07/2006 - 07/2009)



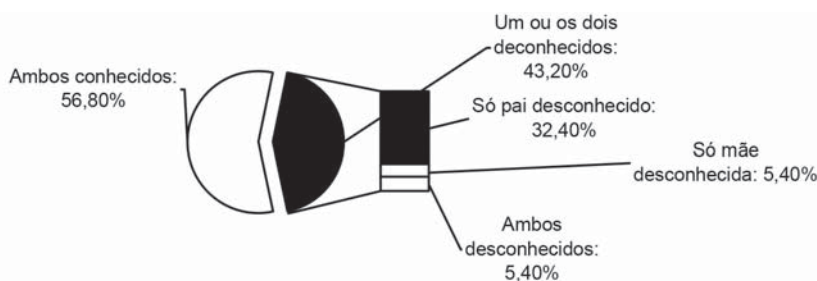
Fonte: Pesquisa Fios da Vida. Arquivo de Prontuários da Fundação CASA (2009).

Em relação ao sexo dos solicitantes, o resultado suscitou duas possibilidades:

- 1ª) Que havia mais adultos do que adultas buscando seus prontuários porque, historicamente, na população de crianças abrigadas predominavam meninos;
- 2ª) Que isso se dava porque homens, e não tanto mulheres, investiam mais na busca de registros “trabalhistas” de seu passado (contagem de tempo para a aposentadoria).

Infelizmente, não foi possível avançar nessas hipóteses a ponto de chegar a conclusões mais embasadas porque isso implicaria buscar outros tipos de registros que não estavam naquele arquivo, como o de crianças abrigadas no estado de São Paulo, segundo o sexo, desde a década de 1940. Não parece equivocado, todavia, sugerir que as duas explicações cogitadas talvez se combinem.

GRÁFICO 2 - Pais à época do abrigamento dos filhos

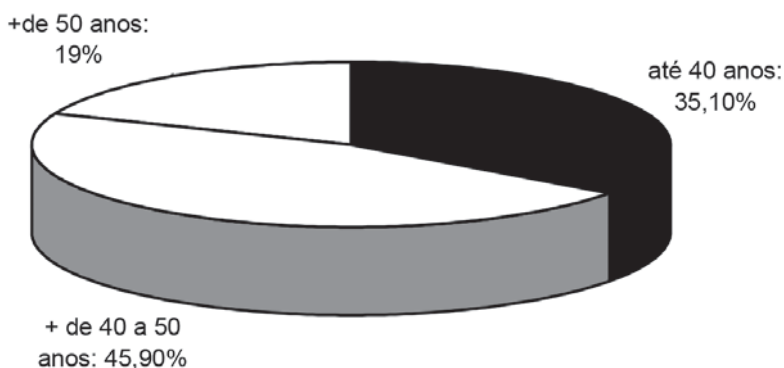


Fonte: Pesquisa Fios da Vida. Arquivo de Prontuários da Fundação CASA (2009).

Quanto à constatação de que a maioria dos solicitantes de prontuários (56,8%) tinha pai e mãe conhecidos à época do abrigamento, foi possível averiguar, pela leitura dos documentos e relatos que, apesar de o discurso médico-psi-assistencialista afirmar que se tratavam de pais sem condições pessoais e morais de criar os filhos, o que, na verdade, se tinha era um quadro de famílias abandonadas (VENÂNCIO, 1999), sem respaldos de políticas públicas que lhes dessem condições mínimas de se manterem unidas.

Quando analisados casos em que um dos genitores era desconhecido à época do abrigamento, sobressaiu-se a ausência do pai (32,4%) frente à da mãe (5,4%), dado que confirma uma situação historicamente recorrente e ainda muito atual, especialmente em camadas populares brasileiras.

GRÁFICO 3 - Idade à época da solicitação dos prontuários (07/2006 - 07/2009)



Fonte: Pesquisa Fios da Vida. Arquivo de Prontuários da Fundação CASA (2009).

Destacaram-se como maioria absoluta dos solicitantes de prontuários os com mais de 40 anos (64,9%) e, como maioria relativa (45,9%) os que, à época do pedido de desarquivamento, tinham entre 40 e 50 anos, ou seja, aqueles que depois de passados mais de 20 anos da saída dos abrigos decidiram procurar informações sobre seu passado.

Vários dos 37 prontuários considerados estavam acompanhados das respectivas cartas escritas à mão ou datilografadas pelos solicitantes quando do encaminhamento do pedido de desarquivamento. Algumas pareciam redigidas por eles próprios e outras por terceiros. Seus conteúdos variavam muito, havendo desde pedidos sem quaisquer justificativas até solicitações fartamente embasadas em argumentos de ordem emocional, moral, familiar, religiosa, etc. Um bom número das de autoria de homens, de fato, reportava-se a questões de ordem trabalhista, como a já mencionada averiguação da realização de atividades laborais no abrigo que pudessem ser consideradas na contagem de tempo para a aposentadoria.

NOVAS NEGOCIAÇÕES, OBSTÁCULOS E UM EXEMPLO DE ANÁLISE QUALITATIVA DOS PRONTUÁRIOS

Estava prevista, também para 2011, a realização da segunda fase da pesquisa: contatos com os 37 adultos que solicitaram o desarquivamento de seus prontuários para com eles se realizar histórias de vida.

Essa nova fase apresentou obstáculos que implicaram a revisão do cronograma dos trabalhos, sendo o principal deles a abordagem inicial dos solicitantes de prontuários.

Embora à medida que eu lesse os prontuários eu anotasse telefones e endereços dos solicitantes, não me era permitido tomar a iniciativa de entrar diretamente em contato com eles, pois sendo sigilosos seus documentos, cabia à Fundação CASA fazer um primeiro contato, apresentar-lhes brevemente o meu trabalho e perguntar se eu podia contatá-los. Como foi preciso obter nova autorização para executar esse procedimento e, mais uma vez, vários trâmites burocrático-administrativos se colocaram no caminho, enquanto esses obstáculos não eram superados retomei os mesmos prontuários para relê-los com novas ênfases inspiradas em pesquisas da área e assim munir-me melhor de subsídios teóricos da antropologia do direito, da família e de teoria da narrativa (BERNAL, 2004; CARVALHO, 1995; FONSECA & SCHUCH, 2009; MARI-CONDI, 1997; SCHUCH, 2009).

Em sintonia com a ideia de constelação, de Walter Benjamin (OTTE & VOLPE, 2000), passei a explorar as composições narrativas de cada prontuário, ou seja, como os diferentes profissionais do sistema de abrigos registravam e organizavam elementos extraídos de seu convívio com as crianças e os articulavam com elementos provenientes de exames e laudos médicos a fim de sustentar suas “análises clínicas” dos perfis intelectuais e físicos das crianças (potencialidades, limitações, comportamentos), bem como suas decisões institucionais⁵.

Como exemplo deste exercício analítico, cabe retomar o exemplar “Caso de C”, mulher com 48 anos, em 2009, e criança de 2 anos, em 1962, quando, com mais 3 irmãos (uma com 7 anos, outra com 5 e um bebê de 10 meses) foi entregue a policiais por uma senhora que alegava terem sido todos abandonados pela mãe.

O prontuário de C (PT 56.864, Proc. 2138/62/2) inicia-se com os nomes das quatro crianças, dos pais, e tem como peça inaugural o depoimento (editado) dessa senhora, no qual a expressão “as crianças foram abandonadas” se alterna com a expressão “foram deixadas”.

Desse depoimento, consta que o pai das crianças, separado da mãe, havia estado “no local” (não se esclarece exatamente qual) e, por ter tido “acessos”, uma ronda policial o conduziu a um hospital. Depois disso, nem a mãe nem o pai reapareceram, tendo as crianças sido entregues à polícia e levadas a um educandário.

Na 3ª folha do prontuário está a Guia de Internação que apresenta C como parda, com 2 anos e, novamente, estão registrados os nomes de seus pais. A Guia se encerra com a “sugestão” de que as quatro crianças sigam cada qual para uma instituição.

Na Guia de Identificação de C, datada de 11/08/1962, surge a única foto da menina. Na folha seguinte, uma freira assina um Recibo de Menores (12/02/1963) que atesta a transferência de C para um hospital de uma cidade do interior de São Paulo devido a uma “doença pulmonar” (tuberculose). Ela recebe alta mais de um ano depois (em 05/09/1964).

Vácuos de meses fluam entre os documentos do prontuário.

Na 7ª folha, em um Relatório Social de Transferência (10/02/1965), é possível ler dados precisos do pai, da mãe e de 7 irmãos de C. O pai: 64 anos, natural de uma cidade do interior de SP, “pardo, paradeiro ignorado, vulgo Branquinho, portador de desequilíbrio mental, casado com a mãe das crianças”. A mãe: branca, casada, natural de outra cidade do interior de SP, “prendas domésticas, dada a práticas espíritas e à macumba, paradeiro ignorado”. Sobre os 7 irmãos consta que 5 o são “por via materna e paterna” e 2 “por via materna”. Há breves registros referentes a cada um.

O Parecer que se segue a esse Relatório Social de Transferência, assinado por um Juiz de Menores, inaugura uma série de correspondências institucionais em que se cruzarão decisões referentes às “necessidades físicas” de C (“melhor alimentação, tratamento tônico”) e informações sobre sua mãe.

Uma assistente social, atendendo à solicitação judicial de que a mãe de C fosse localizada, informa não tê-la encontrado na “Casa Maternal”, mas acrescenta que, como “frequentava uma macumba juntamente com outras mães”, continuaria investigando seu paradeiro (08/07/1964).

Já na página 22 do prontuário, o juiz comunica ao diretor do Serviço Social de Menores da Capital que como C não tem certidão de nascimento, irá providenciá-la.

É a Secretaria de Justiça e esse Serviço Social de Menores que informarão, em 26/04/1966, que a mãe de C, albergada, compareceu à “agência sede” pedindo notícias de 3 de suas filhas, inclusive de C, tendo esclarecido que não as havia procurado, até então, porque sua vida estava “incerta” e porque passava por dificuldades. Registra a assistente social que “Apresentou-se maltrapilha e a filha que a acompanhava tinha igual aspecto. Está recebendo orientação para conseguir uma casa a fim de receber os filhos internados”.

No documento imediatamente seguinte (p. 24), de 18/05/1966, o juiz declara as 3 meninas procuradas pela mãe “em estado de abandono” e destitui os pais do pátrio-poder, determinando que “as crianças ficarão internadas até completarem 18 anos”.

A certidão de nascimento de C é então emitida, por mandato judicial, com a data de 05/02/1960 como sendo a de seu nascimento e com a cor de sua pele como “negra” (não mais parda). Os nomes dos avós maternos e paternos ficaram em branco.

Em 30/10/1966, lê-se o seguinte Laudo Clínico de C, elaborado e datilografado no preventório em que se encontrava (a frase final sublinhada com caneta azul):

“A referida menor tem nível de inteligência muito baixo. Enquanto estava no grupo de menores do internato, era possível admitir-se o seu desajustamento sem grandes problemas. Agora, porém, em função da idade, deve ser incluída em outro grupo e frequentar a escola; a situação se agravou e nada indica que venha a melhorar. A menor goza de boa saúde, estando em condições físicas normais à idade. Alimenta-se bem. Sabe cuidar-se. Não é débil mental, mas tão pouco é normal.”

Começa, então (p. 31), uma série de relatórios (sociais, de transferências e “de prosseguimento”); exames, pareceres e laudos psicológicos, psiquiátricos, pedagógicos, clínicos; Roteiros de atualização do caso; Termos de Entrega e Responsabilidade; além de históricos familiares elaborados por múltiplas instituições e assinados pelos mais variados profissionais (psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, orientadores pedagógicos, médicos, monitores, “encarregados”).

Com 6 anos e 11 meses, C é submetida a um conjunto de exames (físicos, psicológicos, psiquiátricos, psíquicos e de “antecedentes pessoais”) “motivado por inadaptação à obra” (ao preventório). Desse conjunto, conclui-se que ela “é portadora de deficiência mental bem definida (Q.I. = 60)”, possui, portanto, “retardo mental”, mas estão ausentes “distúrbios psicóticos”. Sugere-se, em 03/02/1967, que seja transferida para a Casa dos Espíritos Alan Kardec, para a qual ela vai em 20/12/1967, depois de vários trâmites burocráticos dos quais restaram muitos carimbos no prontuário.

Vale destacar que o pai e a mãe de C, avaliados por um mesmo “Instituto de Pesquisa” pelo qual C também passara, foram considerados, respectivamente, “psicopata” e “ausente, de hábitos primitivos” (p. 32).

Das conclusões de um Exame Psicológico aplicado à C, no final de 1966, consta que ela “sabe dar nó, enfia o colar de contas”, mas que seus desenhos são “pobres, característicos de perturbação no desenvolvimento geral”. Sua acompanhante ainda informa que “dorme bem à noite, mas ainda apresenta enurese. É muito desatenta, desinteressada, distraída e quase não fala”.

Em 05/07/1968 é transferida da Casa dos Espíritos para outro “lar” e praticamente todos os relatórios e exames anteriores são copiados (repicados), com exceção de um Exame Pedagógico em que ela é elogiada por se relacionar bem com colegas e funcionários, “contar até 15”, copiar e reconhecer vogais e cores primárias.

Em 29/09/1968 ocorre nova transferência e em 09/1980 outro Parecer Psíquico aponta C, então com 10 anos, como “emocionalmente instável”, introvertida, com tique nervoso (“movimento ocular direito”), portadora de “deficiência mental classificada como curável”, caprichosa em trabalhos artesanais.

Com datas referentes a 1971, há documentos no prontuário de C relativos a uma de suas irmãs, 2 anos mais velha. A novidade é que no Histórico Familiar dessa irmã consta que, à época em que as crianças foram consideradas abandonadas, a mãe se fez presente, declarou estar prestes a dar a luz, contou

que seu marido fora atropelado e hospitalizado e que, por tudo isso, ela não tinha mais como cuidar da família. No histórico da irmã mais velha de C também há registros de passagens por muitos abrigos, porém, recebendo visitas esporádicas da mãe em “estado de miserabilidade”.

Não consta do prontuário de C nenhuma visita de qualquer parente.

Os documentos que retomam informações de C datam de 1975, quando ela completa 15 anos de idade e está na 2ª série do 1º grau. Seu comportamento é apontado como “instável (emociona-se facilmente)”, mas é ressaltado seu gosto por escrever cartas e nelas expressar o que sente.

Um ano e meio depois, C continua na 2ª série do 1º grau e, em um novo Relatório Social, lê-se que alguns de seus irmãos mais velhos já não estão mais abrigados, mas seus paraderos são ignorados. Nova batelada de testes é realizada em C e um novo Parecer Psicológico (de 08/06/1976) atesta que ela “tem boa capacidade de compreensão, bom desenvolvimento de linguagem e capacidade de abstração, necessitando de mais estímulos escolares, valorização e compreensão”. A sugestão é que C seja transferida para um “Pensionato Feminino”. Inicia-se, então, uma seqüência de “estágios remunerados” de C em “casas de família” para onde é encaminhada a fim de prestar “serviços domésticos”.

Até a última página do prontuário (p. 117), contabiliza-se que, entre 1962 e o dia em que foi “desligada” da FEBEM (26/04/1978), já com 18 anos, C ficou abrigada em um educandário, um hospital, um preventório, duas “casas”, um “lar”, um pensionato e estagiou em cinco residências: por 13 dias na primeira (“inadaptação”); por 20 na segunda (“malcriação e preguiça”), por 7 na terceira, por 1 ano e 2 meses na quarta (com uma “devolução”, um retorno e vários relatórios apontando “problemas”) e, finalmente, por pelo menos 2 meses na quinta residência, pois, ao completar 18 anos, foi “desligada” e a então “patroa” assinou um Termo de Entrega e Responsabilidade, no qual atesta que “em caso de mudança para fora da Capital não poderá levar consigo a menor”.

Em um Relatório de Prosseguimento referente ao momento em que C foi “devolvida pela quarta patroa”, por ter mordido suas mãos, está registrado que C não queria mais ser doméstica e preferia ser reinternada. A assistente social que assina o relatório esclarece: “Orientamos a menor no sentido de que seu bom comportamento só lhe traria benefícios futuros, ao passo que a revolta vem acompanhada de desventuras”.

Nos meses que antecederam seu aniversário de 18 anos, há registros de tentativas de contato entre C e seus irmãos, mas sem sucesso. Ela então cursava a 3ª série do 1º grau.

O prontuário de C foi arquivado em 29/10/1979.

Em 03/10/2005, C solicitou, pela primeira vez, cópia de seu formulário, mas até 12/2008 ele não havia sido localizado. Em 2009, ela escreve uma nova carta. Diferentemente da anterior, em que C somente assinara um texto objetivo e sucinto, escrito por outra pessoa, a segunda carta é totalmente escrita por C, com uma letra garranchada cujo tamanho, já grande nas primeiras linhas, cresce à medida em que a carta avança. Destaco o seguinte trecho:

“[...] então gostaria desses documentos [...] falando sobre minha mãe e de mim, também de minha infância [...] e do meu pai, um pouco de cada um dos meus tios e das minhas tias, e dos irmãos e das irmãs e avós, se eu fui adotados (*sic*), qual é minha idade, onde nasci, qual é o meu nome verdadeiro, meus primos e primas. E também tudo sobre os meus pais, do começo ao fim [...]”

Retomando a ideia benjaminiana de constelação e as composições narrativas deste prontuário, podemos concluir que, como estrelas no céu, distanciadas por muitos anos luz, porém ligadas por um olhar que as vê como partes de um desenho previamente estipulado, alguns elementos das narrativas referentes à C são selecionados e interligados pelas múltiplas vozes institucionais. Seus pais, por exemplo, são desenhados como um casal que abandonou os filhos (ele desequilibrado mental e ela macumbeira) e não como pessoas que lutaram para cuidar das crianças até sucumbirem à miserabilidade. C, por sua vez, inicialmente registrada como parda, depois fixada como negra, é predominantemente construída como um ser carente. “Estrelas” que apontavam seu gosto por escrever cartas e nelas expressar seus sentimentos, bem como sua “capacidade de compreensão, bom desenvolvimento de linguagem e capacidade de abstração, necessitando de mais estímulos escolares, valorização e compreensão” foram excluídas das linhas constelares que determinavam seu futuro de empregada doméstica.

O “Caso de C” foi, talvez, um dos mais densos que li, mas em função de elementos de teoria da narrativa e de uma bibliografia situada na interface entre antropologia e literatura (GINZBURG, 2000, 2007 e 2010), também foi possível perceber, nos conteúdos de vários outros prontuários, a presença constante de imagens de sofrimento e tragicidade causadoras de agonia, de pena, justificadoras de tutela e mesmo de (ab)uso por parte dos poderes institucionais.

O trânsito de uma mesma criança por várias instituições, inclusive hospitais; a significativa nomeação destas ora como educandários, ora como preventórios (local de confinamento para prevenir quais contágios?), lares, casas, pensionatos; a separação de grupos de irmãos; a descontextualização do cenário de miserabilidade dos pais e a ênfase individualizante em traços considerados indicativos de “anormalidade”; o tom medicalizante de diagnósticos não só físicos, mas pedagógicos e sociais; enfim, um conjunto de categorias aparentemente “científicas”, mas marcadamente ideológicas perpassa os prontuários. Neles, diferentes instituições, ao longo de anos, mais parecem cantar no mesmo tom do que tornar dúvidas dissonantes e promover destinos criativos e potentes.

Assim, enquanto, já em 2012, as novas autorizações que eu necessitava permaneciam emperradas na burocracia institucional, minhas releituras dos 37 prontuários e de dados neles contidos conferiram novo enfoque à problemática da pesquisa, especialmente no que diz respeito à sua dimensão antropológico-narrativa. Passei, igualmente, a refletir sobre questões nucleares da antropologia contemporânea, tais como as implicações dos atos de “narrar narrativas”, de interpretar e de perceber construções de significados no próprio fazer antropológico (PINA CABRAL, 2003 e 2003a).

À ESPERA DAS ENTREVISTAS

Nesse período, preparando-me para as futuras entrevistas, investi no levantamento de uma literatura sobre histórias de vida na pesquisa antropológica e deparei-me com um levantamento feito por Langness (1973). Ele apresenta e discute distintos contextos teóricos (do final do século XIX à década de 1970) em que se inserem histórias de vida, procedimentos metodológicos que se aplicam a esse tipo de coleta de dados e problemas que surgem quando se trabalha com histórias de vida coletadas por terceiros.

Para Langness, histórias de vida não se confundem com autobiografias, embora possam se valer delas, tanto que ele compreende esse “método

biográfico” como a expressão de dados referentes à vida de uma pessoa, escritos por ela ou (e especialmente) relatados por outros, seja através de entrevistas, seja através de registros escritos. O antropólogo, segundo ele, geralmente trabalha com dados biográficos e, conseqüentemente, com histórias de vida (LANGNESS, 1973, p. 13 e 17). Como coletá-los e quais suas implicações analíticas constituem reflexões metodológicas fundamentais, assim como se torna inevitável enfrentar clássicas discussões das ciências sociais sobre a relação entre indivíduo e sociedade e os limites de generalizações a partir de casos particulares.

Tratando exatamente dessa temática, Sidney Mintz lembra que um dos fundadores da antropologia, Franz Boas, já questionava a validade de histórias de vida, uma vez que descrições específicas de um ou poucos informantes poderiam “representar” muito parcialmente o grupo em análise. Eminentemente seguidores de Boas, todavia, como Ruth Benedict, não tardaram a defender o método ao considerarem que o valor de histórias de vida residia justamente na possibilidade de portadores particulares de determinada “cultura” mostrarem-na atuando em suas vidas (MINTZ, 1984, p. 46-58).

Essa discussão semeou o que, hoje, praticamente, tornou-se consenso entre antropólogos e cientistas sociais: pessoas, identidades, percepções e memórias se constroem em processos relacionais. Os próprios procedimentos de coleta de dados se dão em relações simétricas e/ou assimétricas que, por sua vez, se encontram situadas em outras redes de relações simétricas e/ou assimétricas.

Nessa esteira se desenvolveram inúmeros debates, ainda candentes na antropologia, sobre relações entre observadores e observados ou pesquisadores e informantes/ interlocutores, no sentido de se considerar que uns e outros produzem informações de acordo com as relações que reciprocamente estabelecem durante a situação de pesquisa. Em outras palavras, o distanciamento afetivo ou estranhamento (uma relação assimétrica), tido por muitos como garantia de sucesso em uma pesquisa científica, pode ser considerado tão preceito de conseqüências metodológicas e analíticas quanto à proximidade ou envolvimento afetivo (relação mais simétrica) que, também segundo muitos, é garantia de trocas de informações fidedignas devido a elos de reciprocidade.

Segundo Kevin Dwyer, tanto no estranhamento quanto no envolvimento não existe um eu independente do outro e, portanto, não se sustenta nem a possibilidade positivista de o antropólogo ser uma “lente objetiva” através da qual o outro é revelado, nem a possibilidade de uma total simetria (fusão) entre pesquisador e informante/interlocutor (DWYER, 1982).

Mintz, nessa direção, afirma que uma história de vida, mais que um diálogo, é uma história coletiva revelada através da experiência de pesquisa. Em um trabalho de campo que realizou em Porto Rico, no final dos anos 1940, no qual um informante (Taso, um trabalhador rural) tornou-se seu amigo e foi fundamental na produção dos resultados da pesquisa, ele concluiu (MINTZ, 1984, p. 55):

“Taso não é, a meu ver (e nem ao seu próprio, acredito), representativo de Porto Rico, de trabalhadores, ou mesmo da classe trabalhadora rural de Porto Rico – se o que ‘representatividade’ significa é ‘média’. [...] Taso é representativo de seu tempo, de seu lugar e de seu povo, precisamente porque sua narrativa pessoal, enriquecida por sua perspicácia incomum, incorpora a experiência de uma comunidade, uma região e um país [...]”⁶.

Através de uma história de vida, portanto, podemos concluir que é possível compreender experiências coletivas. Mintz, por sinal, finaliza seu texto lembrando que muitos questionaram quais seriam os resultados de seu

trabalho caso Taso não fosse um homem, um adulto, um cortador de cana e alguém tão perspicaz. Sua resposta foi que, se ele, pesquisador, “escolheu” Taso, esse também o escolhera, ou seja, nada garante, de antemão, que a relação entre antropólogo e informante seja bem-sucedida, havendo componentes de ordem afetiva que podem permitir (ou não) que essa relação evolua bem para ambas as partes.

Tomando afetos em outra dimensão, que não a de antipatias ou simpatias entre pessoas específicas, afirma a antropóloga-psicanalista Jeanne Favret-Saada (2005, p. 160):

“[...] quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado pressupõe [...] que ele tolere viver um tipo de *schize*. [...]: no momento em que somos mais afetados, não podemos narrar a experiência; no momento em que a narramos não podemos compreendê-la. O tempo da análise virá mais tarde.”

Com base nessas leituras, preparei-me para o momento de realizar histórias de vida com os protagonistas dos prontuários que aceitassem “me escolher” como interlocutora, afetando-me com suas narrativas ao etnografá-las em meio a um processo de interação social no qual, ao estabelecermos relações, elaboraríamos, no presente, experiências passadas e significações para vidas atuais e perspectivas futuras.

Como bem atestou Myrian Sepúlveda dos Santos (2003), a memória também é resultado de um processo de interação social e, como relato do passado, elaborado a partir de situações presentes, ela é sempre incompleta. Por isso, às ciências sociais interessa a memória enquanto material de pesquisa, pois as aparentes arbitrariedades que norteiam classificações podem ser reveladoras, tanto de fatores internos (intenções e desejos pessoais, conscientes ou não) e interativos (relações estabelecidas com quem está evocando lembranças), quanto de fatores externos (tradições coletivamente compartilhadas). Tais fatores, portanto, não se equilibram sempre do mesmo modo, daí depoimentos pessoais, em certos casos, poderem fornecer mais informações sobre o grupo ao qual pertencem os depoentes do que sobre o caso específico rememorado.

Fortaleci, assim, a hipótese de que depoimentos de alguns adultos, que quando crianças e/ou adolescentes passaram por abrigos do governo estadual, poderiam carregar traços de uma história coletiva de outros adultos, também abrigados na infância, bem como traços das próprias instituições e profissionais com quem conviveram. Versões de diferentes entrevistados poderiam ir por caminhos diversos e até divergentes e, com isso, mostrar o que cada um pôde perceber a partir de sua trajetória particular. Divergências não implicariam o descrédito de uma ou de outra versão, mas poderiam demonstrar complementaridades.

Myrian Sepúlveda dos Santos também afirma que uma versão “oficial” de um acontecimento, inclusive aquela considerada “histórica”, pode ser a mais fantasiosa entre as várias versões narradas. Daí a relevância de se inserir relatos particulares em contextos narrativos mais amplos, pois tal procedimento permite avaliar que, mesmo depoimentos aparentemente incompletos ou equivocados, podem carregar dados significativos de valores compartilhados no interior de grupos de pertencimento. Do mesmo modo que memórias resultam de processos relacionais, multilineares, inconstantes e circunscritos por estruturas coletivas previamente estabelecidas, a construção de identidades também se faz segundo esse tipo de dinâmica complexa (SCHRITZMEYER, 2007).

Passou a ser meu objetivo, portanto, analisar, a partir das entrevistas, se os “ex-abrigados” se identificavam (ou não) enquanto um grupo e como identificavam aqueles com quem conviveram. Retomei teorias como a do interacionista Anselm Strauss, que rejeita uma visão estática de identidade e estabelece relações entre biografias e processos sociais, entre trajetórias individuais e estrutura social, entre desempenho de papéis e quadro histórico. Na melhor tradição deixada por Georg Simmel, Strauss trabalha o caráter processual, conflituoso, negociado e cooperativo da vida em sociedade, entendendo a ordem social como necessariamente provisória e precária, uma vez que suas unidades constitutivas são indivíduos em relação, em movimento (STRAUSS, 1999). Ele propõe que pensemos identidades individuais inseridas em “coreografias temporais” e, ao invés de enfatizarmos regras e normas, busquemos entender como elas atuam em situações específicas. Portanto, em sintonia com essas ideias de Strauss, considerei fundamental analisar como os adultos, antes crianças e adolescentes abrigados, nomeariam espaços, pessoas, funções ao se referirem a eles e a si próprios.

RETA (QUASE) FINAL. TENTATIVAS FRUSTADAS...

Somente em meados de 2011, finalmente, obtive autorização para solicitar que funcionários da Fundação CASA contatassem os “ex-abrigados” protagonistas dos 37 prontuários que eu analisara. Nessa época, eu também já havia decidido incluir no projeto algo inicialmente não planejado: a realização de entrevistas videografadas para posterior elaboração de um produto fílmico com trechos das histórias de vida dos adultos “ex-abrigados”. Esta sugestão me fora dada por colegas do NAPEPORA à época em que, pela primeira vez, apresentei-lhes a pesquisa⁷. Portanto, eu me sentia preparada para, assim que houvesse sucesso no agendamento das entrevistas, utilizássemos câmera filmadora para registrar os encontros. Isso implicou não apenas buscar um profissional gabaritado para a execução da filmagem, como pensar em uma série de cuidados relativos à forma de estabelecer contato com os entrevistados e de lhes solicitar autorização para posterior uso das imagens. Investi na leitura de modelos de Termos de Consentimento Livres e Esclarecidos e na elaboração de um que levasse em conta tanto demandas ético-institucionais quanto sutilezas envolvidas em pesquisas no campo da antropologia (FLEISCHER & SCHUCH, 2010; VÍCTORA et al., 2004).

Apesar do empenho de alguns funcionários da Fundação CASA, quase todas as tentativas de agendamento de entrevistas não progrediram. Duas inicialmente agendadas foram canceladas por parte dos(as) entrevistados(as).

Vários números de telefones que constavam dos prontuários estavam desatualizados; outros conferiam, porém, quem atendia à ligação explicava que a pessoa procurada não tinha condições de conversar e, nos poucos casos em que funcionários da Fundação CASA conseguiram explicar aos próprios “ex-abrigados” a razão do contato, o aceite da entrevista não se deu. C, infelizmente, foi uma dessas pessoas. Os motivos das recusas variaram de “desinteresse” em conversar sobre o assunto, “falta de tempo” a “não saber o que dizer”. Eu gostaria muito de ter podido fazer esses primeiros contatos a fim de explorar melhor os motivos das recusas e, quem sabe, revertê-las, mas tive que pensar no que fazer diante da frustração de minha ingênua expectativa de realizar em torno de 7 a 10 entrevistas.

Já era 2012 quando decidi solicitar uma nova listagem da qual constassem todos os prontuários desarquivados a partir de agosto de 2009.

Imaginei que, por terem sido desarquivados mais recentemente, seria menos difícil encontrar os “ex-abrigados”. Desta vez, como as autorizações já haviam sido concedidas, apenas aguardei a disponibilização desses novos prontuários (20) e os li durante o ano de 2012.

UM DESFECHO SURPREENDENTE

A terceira e última fase do trabalho, em 2013, deu-se, finalmente, após a leitura dos novos 20 prontuários. Nesse meio tempo, aposentou-se e veio a falecer o Sr. Sérgio Ranalli, o que me entristeceu imensamente, pois eu desejava muito que ele visse os resultados da pesquisa que tanto me incentivara a fazer.

A leitura dos 20 prontuários, embora tenha seguido a lógica analítica adotada na leitura dos 37 primeiros (entendê-los como dramas institucionalmente elaborados e narrados em fichas de identificação, laudos médicos, psicológicos, pareceres de assistentes sociais, cartas, etc.) não teve como principal objetivo registrar dados e sistematizá-los, tanto que não elaborei novos quadros e gráficos somando aos 37 primeiros prontuários os novos 20 disponibilizados. Desta vez, eu tinha pressa em localizar as pessoas e em entrevistá-las.

Foram, mais uma vez, muitas as dificuldades para localizar os “novos” 20 “ex-abrigados” e deles obter concordância para realizar entrevistas. Todavia, quase no limite do que parecia ser uma sensata desistência, obtive um retorno positivo e, já durante a prorrogação do prazo para a entrega dos resultados da pesquisa, consegui realizar uma densa entrevista que desencadeou inesperadas oportunidades.

O Sr. Abílio Barbosa da Silva, de 73 anos, após uma longa e rica entrevista que, sem qualquer resistência, ele permitiu que fosse filmada em uma das salas da própria Escola para Formação e Capacitação Profissional da Fundação CASA, em abril de 2013, colocou-me em contato com uma pós-doutoranda do Instituto de Psicologia da USP, Sonia Maria Berbare Albuquerque Parente. Tratava-se da filha do diretor que, por 33 anos, esteve à frente do Instituto Agrícola de Menores de Batatais (IAMB), instituição que entre o final dos anos 1940 e os anos 1980 recebeu centenas de meninos em situação de risco, inclusive o próprio Sr. Abílio (PARENTE & SAFRA, 2014).

Por coincidência, Sonia e o Sr. Abílio estavam se articulando para, naquele mesmo mês de abril, participar do “2º Encontro de Ex-Menores de Batatais”, ao qual não vacilei em aderir assim que o convite me foi estendido.

Juntamente com o videomaker João Cláudio de Sena, viajei para Batatais e acompanhamos uma confraternização que reuniu, na tarde e na noite de um sábado (20/04/13), ex-funcionários e “ex-abrigados” do IAMB. Além de um jogo de futebol no Estádio do Batatais Futebol Clube, cujo intuito foi recordar os “velhos tempos” de sucesso do time do IAMB, depois ocorreu um churrasco na casa de um dos “ex-abrigados”, residente em Batatais, onde se reuniram em torno de 50 pessoas⁸. Com o apoio de familiares, mais de 10 “ex-abrigados” homenagearam o antigo técnico de futebol e, dirigindo-se à mãe de Sonia, D. Jamile Berbare Parente, ex-professora e diretora do Grupo Escolar do IAMB, também houve homenagens a ela e ao seu marido, o ex-Diretor, já falecido, Sr. Hernani Parente.

Tanto o jogo de futebol quanto o churrasco foram verdadeiros rituais de significação coletiva do período de abrigo, das realizações de cada um nas décadas posteriores à saída do Instituto e dos planos do grupo para a manutenção e ampliação da “família IAMB”. Vários já tinham elaborado seu perfil no *Facebook* e assinado seus pré-nomes seguidos do “sobrenome” Batatais, com a intenção declarada de recuperar contatos com outros “ex-menores” ainda

não localizados e afirmar que eles foram e continuavam sendo uma “família” marcada pela cidade que os recebeu.

Em meio a muita cerveja, sanduíches, abraços e risadas, várias trajetórias pessoais, familiares e profissionais foram contadas em tom épico, com ênfase no quanto esses meninos tornados homens haviam “sobrevivido” às agruras de vidas difíceis, porém marcadas por cuidados.

Todas as leituras que eu fizera a respeito de histórias de vida, identidade, memória e narrativa me foram de grande valia, especialmente para perceber que, ao se autodenominarem “ex-menores” e não “ex-abrigados”, eles se reconheciam como protagonistas de uma epopéia da qual eram heróis-testemunhos e não vítimas de uma tragédia.

No dia seguinte ao futebol e ao churrasco, guiados pelo olhar do Sr. Abílio e de Sonia, visitamos, filmamos e fotografamos as edificações do IAMB, parcialmente em ruínas. Essa visita, em diálogo com a entrevista que o Sr. Abílio já havia concedido e com um rico acervo fotográfico do Instituto, conservado por D. Jamile Parente e gentilmente cedido para digitalização, constituíram parte essencial do curta-metragem que Sonia e eu viemos a produzir conjuntamente, já como parceiras de pesquisa.

As ruínas do IAMB permitiram retomar o conceito de rastro, tal como trabalhado por Walter Benjamin na perspectiva elaborada por Jaime Ginzburg (BENJAMIN, 1985 e GINZBURG, 2012) e perceber a força construtiva das cifras que, justamente por permitirem acessar apenas traços do passado, fazem com que ele se reelabore a partir de novos elementos e condições.

Por fim, o que já parecia ser uma pesquisa fadada a um desfecho sem fecho, que teria de se sustentar apenas com o material documental dos prontuários, ganhou rumo e vida inesperados. Inclusive, na confraternização em Batatais, conheci outro “ex-menor” (Davi Rocha Santos) que também passara pelo IAMB e havia recentemente desarquivado e obtido cópias do seu prontuário e do de seu irmão (Amintas Rocha Santos). Em São Paulo, logo depois de nos conhecermos em Batatais, os dois, juntos, me concederam uma longa entrevista que também compôs o material utilizado no curta-metragem cuja edição se desenrolou entre maio e outubro de 2013 no Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (LISA- USP)⁹. O Sr. Davi e o Sr. Amintas contaram suas histórias e se sentiram muito honrados em “aparecer no filme”, pois, fortalecidos pelos elos da “família Batatais”, percebiam-se autores e atores das histórias registradas em seus prontuários, as quais consideravam merecedoras de novos registros e publicidade. Graças à força imagética das filmagens feitas em Batatais, esses dois novos interlocutores também se fizeram sujeitos fundamentais da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS “ETNOCENOGRÁFICAS”

Embora há muito eu cultive um especial interesse pelos usos de sons e imagens no campo da antropologia, até o momento eu só havia me lançado uma única vez na aventura de produzir e dirigir um audiovisual. Isso aconteceu ainda durante a graduação em ciências sociais, na USP, quando, com vários outros colegas, etnografamos e fotografamos, por 40 dias, as manifestações mágico-religiosas que tomaram a frente do INCOR, em São Paulo/SP, por ocasião da agonia, morte e funeral do então Presidente Tancredo Neves (março/ abril de 1985)¹⁰.

Retomar, quase 30 anos depois, a linguagem audiovisual no campo da antropologia foi uma experiência desafiadora e que decorreu do incentivo que recebi dos colegas do Projeto Temático¹¹ e do apoio que me foi dado pelos técnicos do Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (LISA-USP).

As muitas horas dedicadas a cada minuto editado envolveram escolhas e decisões bastante semelhantes às que fazemos ao selecionar trechos de cadernos de campo, de entrevistas e de citações. As construções dos argumentos de um filme e de um texto acadêmico se aproximam muito em termos de desafio intelectual, da vontade de comunicar um problema-chave, dos passos envolvidos em sua resolução e das conclusões a que conseguimos chegar.

Tudo isto me ficou especialmente evidente mediante a proposta para participar da Mesa Redonda “Crítica cultural e reflexividade: alteridade e etnografia” no 37º Encontro Anual da ANPOCS (entre 23 e 27 de setembro de 2013, em Águas de Lindóia/ SP), ocasião em que, além de dialogar com os colegas João Pacheco de Oliveira (UFRJ) e Priscila Faulhaber Barbosa (UNIRIO), conheci pessoalmente George Emanuel Marcus (UC Irvine), de quem eu já havia lido, entre outros, o artigo “O intercâmbio entre arte e antropologia: como a pesquisa de campo em artes cênicas pode informar a reinvenção da pesquisa de campo em antropologia”, no qual ele afirma: “[...] há uma afinidade ou adequação particular em pensar o ofício cenográfico como uma forma de etnografia” (MARCUS, 2004).

Sob o título “Fios da vida em um campo de rastros: um experimento etno(ceno)gráfico multissituado?” apresentei, nessa mesa, meus deslocamentos entre a situação de difícil acesso aos prontuários arquivados na Fundação CASA; as negativas de entrevistas; a entrevista com o Sr. Abílio; o encontro com Sonia Parente; a viagem de campo a Batatais, o futebol, o churrasco e a visita às ruínas do IAMB. Todas essas situações compuseram um “cenário” no qual múltiplas narrativas se entrecruzaram e imagens/sons foram captados para o que se tornou o curta-metragem não previsto no projeto original.

Ainda no 37º Encontro da ANPOCS abordei a importância de questionar, a partir desses “encontros etnográficos multissituados” bastante distintos da concentrada mise-en-scène malinowskiana, a clássica polaridade entre possuidores de conhecimento erudito e possuidores de conhecimentos costumeiros, bem como a ideia simplificadora de “informante”. Daí eu ter mantido na edição final do filme as marcas de minhas perguntas e de minha presença por vezes indutora de certas informações, bem como, neste artigo e nos relatórios da pesquisa, o uso da primeira pessoa do singular. Cumplicidades e emaranhados de colaborações decididamente se impuseram sobre relações nucleares de colaboração em campo, mas, ao fim e ao cabo, fiz escolhas, seleções e cortes decisivos, os quais assumo.

Quanto às perguntas que originaram a pesquisa, apesar de este artigo ter como foco principal reflexões etnográfico-metodológicas, ao menos algumas merecem ser retomadas nestas considerações finais e reportadas aos principais resultados qualitativos alcançados.

O que fez com que “ex-menores” buscassem recuperar fios de suas vidas? Os documentos pesquisados, em especial, as cartas de solicitação de desarquivamento dos prontuários, o “Caso de C” e as três histórias de vida permitem indicar que, provavelmente, o que quer que os “ex-menores” buscassem ficou aquém daquilo que encontraram, pois as cifras de si mesmos com as quais se depa-raram em relatórios, laudos técnicos, nas fotos e ruínas do IAMB, potencializaram a construção de suas memórias e identidades, possibilitando-lhes apropriações de registros do passado para significar a vida presente e os projetos futuros.

Do “Caso de C” resta a indagação não respondida do por que, 30 anos depois de “desligada da FEBEM”, ela, que fora considerada “débil mental”, embora com especial gosto por escrever cartas, justamente escreveu à Fundação CASA e solicitou cópia de seus registros identitários, querendo saber sua história e a de sua família, “do começo ao fim”. Quer C tenha, por três décadas, prosseguido como empregada doméstica, quer tenha seguido outro rumo, o fato é que, passados tantos anos, ela parece não ter sucumbido à profecia de que “a revolta vem acompanhada de desventuras”. C parece ter mantido acesa sua vontade de saber, de (se) entender, de ser narradora de si, apesar de tantos vetores a terem direcionado para a invisibilidade.

Os três “ex-abrigados” ao se autodenominam “ex-menores” frisaram, em unísono com outros, que são exemplos de sobreviventes vitoriosos e não de fracassados advindos de situações de “abandono”, pois entre essas e os cuidados que receberam, optaram por enfatizar os cuidados e os usos que deles que souberam fazer.

Talvez, os que não me concederam entrevistas tivessem outras histórias para contar, mais marcadas por traumas, mas os que me “escolheram” como interlocutora narraram processos de reconhecimento e de acolhimento por parte do IAMB e o quanto se fizeram “dignos” a partir deles e por causa deles.

Quanto aos “ex-menores” perceberem ou não suas vidas como um tecido, os que conheci parecem percebê-las com base na noção de “destino”, de determinações das quais é difícil escapar, sejam elas relacionadas ao próprio “caráter”, às “tendências” com que nasceram, sejam elas pertinentes a determinantes sagrados (desígnios divinos) e/ou socioeconômicos (miséria familiar e, portanto, impossibilidade de os pais os criarem).

Vários dos que estavam reunidos na confraternização em Batatais e passaram pelo IAMB referiram-se ao Instituto como uma “salvação” física e moral. No entanto, a partir do “desabrigamento”, indicaram que o “destino” passou a lhes oferecer um leque de possibilidades em relação às quais foi preciso se posicionarem e fazerem escolhas. O livre-arbítrio entra assim em cena e surgem discursos autorais, de homens que amadureceram com dignidade porque souberam cultivar orientações recebidas na infância e adolescência.

Os documentos constantes dos prontuários foram indicados pelos três entrevistados como “provas” das dificuldades enfrentadas antes e durante o abrigo. Tendo os documentos em mãos e podendo apresentá-los a seus familiares e amigos, declararam sentir a segurança de que suas histórias seriam acolhidas como “verdadeiras”. Em decorrência desse estatuto legitimador que os registros institucionais conferiam à memória, declararam sentir a busca e o encontro de “registros oficiais” de suas infâncias e adolescências como um movimento imprescindível a todos que desejassem dar sentido às suas histórias de vida. Um dos entrevistados (Sr. Amintas) declarou que, após ter acessado e avaliado seu prontuário, considerava sua vida digna de ser contada em um programa de TV, pois em nada ela deixava a desejar a outras que ganham publicidade e são narradas.

Confirmou-se, portanto, a hipótese de que, com a busca dos prontuários, ao menos os três “ex-menores” e aqueles com quem eles vêm construindo a “família Batatais” expressam o desejo de (re)elaborar seus cursos de vida e seus arranjos de mundo na tentativa de construí-los, senão com novas perspectivas, ao menos com o intuito de dar maior inteligibilidade ao que vêm como trajetórias plenas de esforços, de lutas e de sucessos em meio a agruras de toda ordem. O que eles encontraram nos prontuários parece completar suas experiências identitárias, cumprindo o papel de provar que são pessoas dignas e íntegras, tanto porque foram “bons menores” quanto porque se tornaram “bons maiores”.

Para ilustrar tais reinterpretações, carregadas de dignidade e autoestima, vale retomar uma cena que ganhou destaque no documentário. Ao final da entrevista com o Sr. Abílio, ele e eu folheávamos seu prontuário até que paramos em sua Ficha Médico-Psico-Pedagógica. Do item “Diagnóstico” consta “Suficiente intelectual. Retardado escolar e social”. Perguntei-lhe “Como é para o Sr. ler este tipo de registro?” Ele respondeu: “Mas aqui, o que eu entendi é que eles entenderam que eu poderia estudar e ter um estudo normal, [...], agora, retardo escolar é que eu estava entrando já tarde na escola. Deveria ter entrado mais cedo”.

Estou convencida de que, nesta pesquisa, menos do que abordar casos excepcionais de crianças abrigadas, hoje adultas, que buscaram e encontraram dossiês da época do abrigo, trato de casos paradigmáticos que se reportam à questões nucleares da antropologia, da política, do direito e da performance, tais como a constituição de sujeitos de direito em situações de interação com instituições de controle social.

Performance apresentou-se, neste trabalho, como um conjunto de elementos atuantes na mobilização, nas ações e na construção de significados que os adultos em questão expressaram ao elaborar a marcante experiência de buscar fios de suas vidas e com eles dar sentidos tanto à memória de um passado de desafios quanto, e principalmente, às trajetórias atuais e perspectivas futuras em meio às situações ainda adversas¹².

NOTAS

¹ Trabalho apresentado na II Jornada em Antropologia do Direito: Justiça, Poder e (Des) igualdade (UFRN, 24 e 25/04/2014) e na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, (03 a 06/08/2014, UFRN).

² Esta pesquisa se desenvolveu entre setembro de 2008 e agosto de 2010. Foi coordenada por Marcos César Alvarez, Fernando Afonso Salla, Liana de Paula e Mônica Moreira de Oliveira Braga Cukierkorn, além de mim. Ela resultou de uma parceria entre o Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP) e a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA). O apoio financeiro veio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Para mais detalhes consultar Alvarez; Schritzmeyer et al., 2009.

³ FAPESP – Processo 06/53006-2. Coordenação do Prof. Dr. John Cowart Dawsey (Departamento de Antropologia – USP).

⁴ Estes mesmos resultados também embasaram uma entrevista que concedi a um jornalista do USP On Line, jornal eletrônico que entrou na internet em 08/01/2010. Outra versão da mesma entrevista saiu no Jornal da USP, semana de 1º a 07/02/2010, em uma reportagem publicada na pg.7 sob o título “Tecendo os fios da vida – pessoas que passaram pelos abrigos da antiga Febem recorrem aos arquivos da instituição para obter informações sobre sua própria trajetória”.

⁵ O mestrado de Ana Letícia de Fiori, então minha orientanda de mestrado e também participante do mesmo Projeto Temático (Fiori, 2012) me inspirou a investir nessa frente analítica, e em leituras de Bruner (1990 e 2002).

⁶ Neste ponto do texto, Mintz relembra que Geertz, ao resenhar seu livro, compreendeu que Taso era “típico” justamente por não ser um porto-riquenho mediano, mas porque eventos de sua vida corriam paralelos às mudanças sociais que se processavam em torno dele (MINTZ, 1984, p. 55-56).

⁷ 1º Seminário Interno do NAPEDRA (FFLCH-USP, São Paulo/SP, 06/11/2008).

⁸ Vários “ex-abrigados” seguiram morando na própria cidade de Batatais ou nas redondezas após saírem do IAMB.

⁹ O curta está disponível *online* em <http://vimeo.com/87861772>.

¹⁰ O audiovisual *Magia e Morte: manifestações mágico-religiosas relativas à doença e morte do Presidente Tancredo Neves* está disponível no acervo do LISA-USP.

¹¹ Esse incentivo foi reiterado por ocasião do EIAP – Encontro Internacional de Antropologia da Performance, quando coordenei a Sessão NAPEPORA 5 – Experiência e Memória, na qual também expus a pesquisa Fios da vida – identidade, memória e ritual (São Paulo/ SP, 30/09/2011).

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Marcos Cesar; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; SALLA, Fernando Afonso; DE PAULA, Liana; CUKIERKORN, Mônica Moreira de Oliveira Braga Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do ‘Complexo do Tatuapé’ (São Paulo/ SP, 1990 – 2006). *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, 1 (1), pp.xi-xxxii. 2009.
- BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política. Obras Escolhidas, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Rua de Mão Única*. Obras Escolhidas, v. 2. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- BERNAL, E. M. B. Arquivos do abandono. Experiências de crianças e adolescentes internados em institutos do Serviço Social de Menores de São Paulo (1938-1960). São Paulo: Cortez, 2004.
- BOSI, E. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editoria, 2003l.
- BRUNER, J. Acts of Meaning. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- _____. Making Stories – law, literature, life. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- CARVALHO, I. M. M. Direitos legais e direitos efetivos: crianças, adolescentes e cidadania no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, a. 10, n. 29, outubro, p.127-142, 1995.
- DAWSEY, J. Por uma antropologia benjaminiana: repensando paradigmas do teatro dramático. *Mana*, v. 15, n. 2, outubro, p. 349-376, 2009.
- DILTHEY, W. Selected Writings In: Rickman, H. P. London: Cambridge University Press, 1976.
- DWYER, K Moroccan dialogues. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1982.
- FLEISCHER, S. & SCHUCH, P. [Orgs.]. Ética e regulamentação na pesquisa antropológica. Brasília: Letras Livres/ UnB, 2010.
- FONSECA, C. O internato do pobre: Febem e a organização doméstica em um grupo porto-alegrense de baixa-renda. *Temas IMESC*, v.1, n. 4, p. 21-39, 1987.
- _____. O direito às origens: segredo e desigualdade no controle de informações sobre a identidade pessoal. *Revista de Antropologia*. 53(2), p. 493-526, 2010.
- FONSECA, C. e SCHUCH, P. [Orgs.]. Políticas de proteção à infância. Um olhar antropológico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.
- FIORI, A. L. de. Contando histórias de morte: etnografia e arenas narrativas do “caso Aline”. Dissertação de Mestrado. (FFLCH), PPGAS, 2012.
- GINZBURG, J. Notas sobre elementos de Teoria da Narrativa. In: COSSON, Rildo. (Org.). *Esse rio sem fim - Ensaio sobre literatura e suas fronteiras*. Pelotas: UFPEL, 2000.
- _____. Memória da ditadura em Caio Fernando Abreu e Luís Fernando Veríssimo. *O Eixo e a Roda*. v. 15, p. 43-54, 2000.

- _____. Escritas da tortura. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). O que resta da ditadura. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. A interpretação do rastro em Walter Benjamin. In: SEDLMAYER, S. e GINZBURG, J. (Orgs.). Walter Benjamin: Rastro, aura e história. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.
- LANGNESS, L. L. A história de vida na ciência antropológica. São Paulo: EPU, 1973.
- MARCUS, G. O intercâmbio entre arte e antropologia: como a pesquisa de campo em artes cênicas pode informar a reinvenção da pesquisa de campo em antropologia. *Revista de Antropologia*. v. 47, n. 1, 2004.
- MARICONDI, M. A. [coord.]. Falando de abrigo: cinco anos de experiência do Projeto Casas de Convivência. São Paulo: FEBEM, 1997.
- MINTZ, S. W. Encontrando Taso, me descobrindo. *Revista de Ciências Sociais*. v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.
- OTTE, G. & VOLPE, M. L. Um olhar constelar sobre o pensamento de Walter Benjamin. *Fragmentos*. n. 18, p. 35-47, jan./jun, 2004.
- PARENTE, S. M. B. A. e SAFRA, G. Crônica de um desmanche anunciado: o caso IAMB – Instituto Agrícola de Menores de Batatais. *Memorandum: memória e história em psicologia*. n. 26, abril. p. 187-200, 2014.
- PINA CABRAL, J. Semelhança e verossimilhança: horizontes da narrativa etnográfica” *MANA* 9(1), p.109-122, 2003.
- _____. Identidades inseridas: algumas divagações sobre identidade, emoção e moralidade”. Working Papers (WP 2-03), Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2003a. Disponível em: <<http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2003/WP2-2003.pdf>>. SANTOS, M. S. História e Memória: o caso do Ferrugem. *Revista Brasileira de História*. v. 23, n. 46, p. 271-295, 2003.
- SCHRITZMEYER, A. L. P. Nomes em julgamento: práticas judiciais padronizando identidades sexuais. PINA CABRAL, J. e VIEGAS, S. M. (Orgs.) Nomes: gênero, etnicidade e família. Coimbra: Almedina, p. 89-119, 2007.
- SCHUCH, P. Práticas de Justiça. Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- STRAUSS, Anselm. Espelhos e máscaras: a busca de identidade. São Paulo: EdUSP, 1999.
- TURNER, V. Dramas, Campos e Metáforas. Rio de Janeiro: EdUFF, 2008.
- VENÂNCIO, R. P. Famílias abandonadas. Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX. Campinas, Papirus, 1999.
- VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice e ORO, Ari Pedro (organizadores). [Orgs.]. Antropologia e ética: o debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004.